STJ00091242

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

1 – INTRODUÇÃO 19

1.1 Introdução aos meios alternativos de resolução de disputas 21
1.2 Breve histórico 26
1.3 Bibliografia recomendada 32

2 – CONCILIAÇÃO E A RES. 125/2010 DO CNJ 33

2.1 Introdução 35
2.2 Conciliação, negociação, mediação e arbitragem 36
2.3 Da Resolução CNJ 125/2010 41
2.4 Do conteúdo da Res. CNJ 125/2010 e estrutura proposta 46
2.4.1 A "rede" de tratamento adequado dos conflitos 46
2.4.2 Dos conciliadores e mediadores 49
2.5 Bibliografia recomendada 50

3 – MEDIAÇÃO 53

3.1 Introdução 55
3.2 Princípios norteadores da mediação 58
3.3 Técnicas de mediação 62
3.4 A latitude (dimensão) da mediação 65
3.5 Do projeto de Código de Processo Civil 67
3.6 Bibliografia recomendada 71

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4 – ARBITRAGEM – A LEI 9.307/1996, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA 73

4.1 Arbitragem – Noções gerais e vantagens do instituto 75
4.2 A Lei 9.307/1996 78
4.2.1 A constitucionalidade da Lei 9.307/1996 80
4.3 Natureza jurídica da arbitragem 82
4.4 Bibliografia recomendada 88

5 – ARBITRABILIDADE, PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM E ESPÉCIES 89

5.1 Arbitrabilidade 91
5.2 Princípios norteadores da arbitragem 94
5.3 Espécies de arbitragem – Institucional ou avulsa (*ad hoc*) 99
5.3.1 Arbitragem institucional 101
5.3.2 Arbitragem *ad hoc* ou avulsa 103
5.4 Bibliografia recomendada 104

6 – CONVENÇÃO ARBITRAL 105

6.1 Da convenção de arbitragem 107
6.2 Da cláusula compromissória 108
6.2.1 Cláusula arbitral cheia 110
6.2.2 Cláusula arbitral vazia 113
6.2.3 Cláusula arbitral patológica 120
6.2.4 Cláusula escalonada 123
6.3 Da autonomia da cláusula compromissória 125
6.4 Do Compromisso arbitral 127
6.4.1 Da extinção do compromisso arbitral 133
6.5 Dos efeitos da convenção arbitral 136
6.6 Da convivência entre a cláusula compromissória e a eleição de foro 140
6.7 Bibliografia recomendada 141

7 – DOS ÁRBITROS 143

7.1 Considerações iniciais 145
7.2 Quem pode ser árbitro 146
7.3 A escolha dos árbitros 150

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.3.1 Quanto ao número de árbitros 151
7.3.2 O presidente do órgão arbitral 152
7.3.3 Nomeação de secretário 153
7.4 Atributos dos árbitros 153
7.5 Do impedimento e suspeição do árbitro 161
7.6 Da substituição do árbitro 164
7.7 Da responsabilidade penal do árbitro 165
7.8 Da responsabilidade civil do árbitro 165
7.9 O árbitro como juiz de fato e de direito, sua autoridade e efeitos da sentença 168
7.10 Bibliografia recomendada 170

8 – PROCEDIMENTO ARBITRAL 171

8.1 Considerações iniciais – As regras do procedimento arbitral 173
8.2 Dos princípios informativos do procedimento arbitral 175
8.3 Da cronologia do procedimento 178
8.4 A instauração da arbitragem 180
8.4.1 A exceção de recusa do(s) árbitro(s) 184
8.4.2 A arguição de vícios relativos a competência, nulidade, invalidade, ineficácia da convenção 188
8.4.3 A omissão das partes, na primeira oportunidade de se manifestar, quanto à recusa do árbitro e quanto aos vícios da convenção 191
8.5 A organização da arbitragem 193
8.5.1 A falta de assinatura no termo de arbitragem 195
8.6 Bibliografia recomendada 198

9 – PROCEDIMENTO ARBITRAL – II 199

9.1 Introdução 201
9.2 Do desenvolvimento da arbitragem 202
9.2.1 Fase postulatória 202
9.2.2 Dos atos processuais 204
9.2.3 Da revelia 205
9.2.4 Da conciliação 207
9.3 A produção de provas na arbitragem 208
9.3.1 Do depoimento das partes 210
9.3.2 Do depoimento das testemunhas 211

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9.3.3 Do depoimento das testemunhas técnicas – *expert witnesses* 213
9.4 Casuísticas no curso do procedimento 214
9.4.1 Questão prejudicial relativa a direitos indisponíveis 214
9.4.2 As despesas com a arbitragem 217
9.4.3 A confidencialidade na arbitragem 220
9.4.4 A interrupção da prescrição pela iniciativa da arbitragem 221
9.4.5 A participação do advogado e assistente da parte 223
9.5 Bibliografia recomendada 223

10 – TUTELAS CAUTELARES E ANTECIPADAS NA ARBITRAGEM E COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO 225

10.1 Considerações gerais sobre tutelas cautelares e antecipadas 227
10.2 Das medidas cautelares na arbitragem 229
10.2.1 Medidas cautelares antecedentes 229
10.2.2 Medidas cautelares no curso da arbitragem 232
10.2.3 Convenção arbitral limitando a apreciação pelo árbitro de tutelas cautelares 235
10.3 Tutela antecipada na arbitragem 236
10.4 Cooperação do Poder Judiciário 238
10.5 Do projeto de novo Código de Processo Civil 241
10.6 Bibliografia recomendada 244

11 – SENTENÇA ARBITRAL 245

11.1 Introdução 247
11.2 Do prazo para ser proferida a sentença arbitral 248
11.3 Requisitos da sentença arbitral 251
11.3.1 Documento escrito 251
11.3.2 Relatório, fundamentação e dispositivo 252
11.3.3 Data e lugar em que a sentença é proferida 253
11.4 Da comunicação da sentença arbitral 254
11.5 Julgamento proferido por tribunal arbitral 255
11.6 Pedido de esclarecimento 260
11.6.1 Correção de erro material 260
11.6.2 Pedido de esclarecimento 261
11.7 Efeitos da sentença arbitral e sentença parcial (julgamento por etapas) 262
11.8 Bibliografia recomendada 267

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12 – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL 269

12.1 Introdução 271
12.2 O conteúdo da sentença e as diversas formas de se exigir o seu cumprimento 272
12.2.1 Da materialização da sentença arbitral – considerações gerais necessárias à compreensão da posição adotada abaixo quanto aos diversos conteúdos possíveis do provimento e forma de sua efetivação 273
12.3 Da eficácia da sentença arbitral declaratória, constitutiva ou executiva *lato sensu* 277
12.4 Da execução da sentença arbitral condenatória ao pagamento de quantia certa em dinheiro 283
12.4.1 Prazo para cumprimento da sentença 285
12.4.2 Polêmica a respeito da multa pelo não cumprimento da sentença 286
12.4.3 A citação pessoal do executado e prosseguimento do processo 289
12.4.4 Defesa 290
12.5 Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de fazer e não fazer 297
12.5.1 A fixação de prazo para cumprimento da obrigação e multa pela inércia 299
12.5.2 Defesa 302
12.6 Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de entrega de coisa 302
12.7 Da execução da sentença arbitral contra a Fazenda Pública 303
12.8 Bibliografia recomendada 304

13 – INVALIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL 305

13.1 Invalidação da sentença arbitral – Um novo olhar ao instituto 307
13.2 Das causas de invalidação da sentença arbitral 312
13.3 Do prazo para a propositura da ação 321
13.4 Procedimento e efeitos da desconstituição da sentença arbitral 322
13.5 Ação declaratória para impugnar jurisdição, procedimento e a sentença arbitral 324
13.6 Bibliografia recomendada 328

14 – ARBITRAGEM TEMÁTICA 329

14.1 Introdução 331
14.2 Arbitragem no direito trabalhista 332
14.2.1 Arbitragem nos dissídios coletivos 332
14.2.2 Arbitragem nos dissídios individuais 334
14.3 Arbitragem no direito falimentar 337

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

14.4 Arbitragem no direito societário 340
14.5 Arbitragem no direito público 344
14.6 Arbitragem no direito de família 346
14.7 Arbitragem no direito das sucessões 350
14.8 Bibliografia recomendada 353

15 – ARBITRAGEM INTERNACIONAL 355

15.1 Objeto deste capítulo 357
15.2 Arbitragem doméstica e arbitragem internacional 357
15.3 Escolha da lei aplicável ao mérito da controvérsia 361
15.4 Homologação de sentença arbitral estrangeira 364
15.4.1 Normativa, objeto e competência 364
15.4.2 Fundamentos para denegação 365
15.5 Bibliografia recomendada 372

BIBLIOGRAFIA 375

ANEXO – LEI 9.307/1996 383

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 397

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br